



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 08/2017

JUSTIFICATIVA

A comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Malhador, instituída pela Portaria nº.24 de 02 de janeiro de 2017 apresentam justificativa para contratação direta por INEXIGIBILIDADE, a empresa **Yellow Propaganda Serviços e Eventos Ltda-Me** CNPJ nº 24.585.133/0001-35, com sede à Rua Major Mizaél Mendonça, nº162, Centro, Lagarto/SE, visando à apresentação de Shows artísticos com os cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, para a realização de shows nos dias 25 e 26 de março de 2017 alusivo ao 5º Festival de Cultura do Município de Malhador/Se, aludindo o seguinte:

"Por se tratar de um período de manifestação artística e cultural, vislumbra a participação de artistas populares, como os cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, que enaltecem as raízes dos grandes festejos da cultura e tradição do Estado e deste Município".

A pretensão da **Prefeitura de Malhador** consiste na contratação os cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, para a realização de shows nos dias 25 e 26 de março de 2017, ao teor da solicitação da Secretaria de Finanças ao valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Para este fim, a Secretaria ordenadora colacionou aos autos ampla documentação instrutória, objetivamente:

- a) Documentação referente aos cantores: **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**;
- b) Documentação referente a empresa **Yellow Propaganda Serviços e Eventos Ltda-Me**;
- c) Contrato de cessão exclusiva;
- d) Comprovação de equiparação de valores;

Inicialmente, no que concerne à contratação direta por inexigibilidade de licitação, faz-se necessário transcrever o disposto no art. 25, inc. III da Lei nº 8.666/93:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – omissis;

II - omissis;

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Acerca do assunto, ensina o ilustre doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes que “artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública”. (in *Contratação Direta Sem Licitação*, 5ª ed., Brasília Jurídica, 2003, p. 615).

Prossegue explicando o Mestre Marçal Justen Filho, “a atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas”. Assim, quando a necessidade municipal relacionar-se aos préstimos de um artista não haverá critério objetivo de julgamento, restando inviável a seleção por procedimento licitatório. (in *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2006, p. 287).

Explana ainda o grande doutrinador que o limite de liberdade da Administração Municipal é determinado pelas peculiaridades do interesse que se busca satisfazer, evitando escolhas incompatíveis ou desvinculadas com o interesse pretendido (**op. cit.**). Neste ensejo, é notório que o carnaval deste Município é um evento multicultural, pautado na manifestação popular das mais diferenciadas manifestações artísticas, que aproveita o cenário de suas ruas e ladeiras, e a nostalgia dos antigos casarios para realizar uma grandiosa festa com passagens de blocos, bonecos gigantes, clubes, troças, shows populares e muito mais diante da irreverência e do improviso dos foliões, eis o evento a ser promovido pela municipalidade.

Ademais, por se tratar de um período de manifestação artística e cultural, vislumbra a participação de artistas populares necessariamente atrelados a festas municipais, como o das bandas **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, que enaltecem as raízes dos grandes festejos da cultura e tradição do Município de Malhador, o que justifica a contratação do referido grupo.

Outro requisito trazido pelo diploma licitatório, que deve referendar a contratação, refere-se à consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública. Tal crítica tem por objetivo evitar contratações arbitrárias, baseadas em preferências totalmente pessoais na contratação de pessoa destituída de qualidades artísticas.

No que tange à definição da crítica especializada e da opinião pública, o doutrinador Diógenes Gasparini dita:

“Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional.” (in Direito Administrativo, 6ª ed. rev., atual. e aum., São Paulo: Saraiva, 2001, p.499)

Explica ainda o ilustre Mestre Marçal Justen Filho sobre o tema que:

“A atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida, é impossível verificar-se identidade de atuações.

(...) Há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito. Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de um artista para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas.” (In Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativo, 10ªed., Dialética, 2005). (Grifamos)

Assim, no que concerne ao requisito constante do inciso III, do art.25 da Lei Federal nº 8.666/93, observa-se que o mencionado grupo é consagrado pela opinião pública e pela crítica especializada, haja vista terem sido acostados vários encartes publicados pelos órgãos de imprensa especializada e jornalística, atestando que os cantores **“Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura”** são consagradas pela crítica conceituada. Ademais, trata-se de grupo conhecido e respeitado dentro do repertório que executa, detendo assim o perfil para a maior festa popular deste município, espetáculo de grande valor artístico e cultural, adequando-se, por conseguinte, às disposições legais ora citadas.

A Lei determina, ainda, que caso não haja contratação direta do artista, a oficialização do procedimento deverá ocorrer através de empresário exclusivo. No caso em tela, verificamos que a empresa YELLOW PROPAGANDA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA-ME, diante da documentação colacionada aos autos, é portadora de cessão da referida empresa, segundo Instrumento de Cessão anexado aos autos.

No que concerne à documentação relativa à Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e trabalhista da empresa em tela, observou-se que a mesma atende aos ditames legais preconizados na lei de Licitações e Contratos, nos arts. 28 e 29, tendo esta Comissão, utilizando-se da faculdade conferida legalmente, conforme o disposto no art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, evitando assim futuros questionamentos, realizado diligências através dos endereços eletrônicos dos respectivos órgãos públicos e confirmado a autenticidade da mesma.

No que concerne a justificativa do preço, registramos que a Ordenadora procedeu à colação de Cópias de Notas Fiscais, Notas de Empenho e Contratos anteriormente firmados, emitido em favor dos cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura, os quais corroboram o custo alçado pela Administração para as apresentações.**

Considerando a impossibilidade de estabelecer condições de igualdade e impor critério de julgamento objetivo, como preceitua o art. 3º da lei 8.666/93;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

Considerando que os cantores cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, gozam de notória confiança por parte do público em geral, pelo seu desempenho no campo de shows artísticos e que são consagrados pela opinião pública e pela crítica especializada, a sua contratação se dará por inexigibilidade, sob a égide do art.25, III da lei 8.666/93;

Considerando que, para qualquer festa, é fundamental proporcionar aos presentes, um show digno da importância do evento e que, por certo, brinde a todos com momentos de alegria e descontração, e os cantores Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura assim o fazem;

Considerando, finalmente, que os cantores Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura, além de preencher os requisitos aqui expostos, apresentou orçamento no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), dentro dos padrões praticados pelo mercado pertinente e, portanto, compatível com nossa capacidade de desembolso;

Assim sendo, pela avaliação positiva que temos, fica constatado que o processo a ser utilizada para a contratação dos cantores **Nailson Fonseca de Oliveira e Junior Ventura**, será por **INEXIGIBILIDADE**, conforme preceitua o art. 25, III da Lei 8.666/93, e o pagamento se darão através da seguinte dotação orçamentária:

92.01 Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo
13.392.0004.2.061 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo
3390.39.00.564 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
000 Ordinários não vinculados

92.01 Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo
13.392.0004.2.062 Manutenção e Desenvolvimento de Atividades Culturais e Artísticas
3390.39.00.570 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
000 Ordinários não vinculados

Estando, pois, esclarecidos os motivos da contratação e o processo a ser utilizado para a realização da mesma, submetemos presente justificativa, à apreciação de Vossa



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

Excelência para que, ao final, seguindo o devido processo legal, autorize a contratação da referida empresa, sob a égide da Lei 8666/93 e suas alterações.

Malhador, 21 de março de 2017.

Izaura Maria Moura Ferreira
Presidente da CPL

Joseane Andrade dos Santos
Membro

José Edivaldo de Jesus
Membro

Ratifico, e publique-se,

Prefeita Municipal
Elayne Oliveira de Araújo